Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 2956/2023
Data: 29/08/2023 - Horário: 17:28
Legislativo - ORP 279/2023

Ofício nº 290/AL

Pato Branco, 29 de agosto de 2023.

Prezada Presidente Thania Maria Caminski Gehlen,

Vimos através deste, enviar memorando 24.034/2023 da Secretaria de Administração e Finanças, em resposta ao requerimento 1295/2023, enviado ao Executivo através do ofício 361/2023-DL.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar votos de estima.

Atenciosamente,

Francieli Catusso Tamagno
Assessora de Assuntos Legislativos

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

Memorando 1- 24.034/2023

De: Alaxendro P. - SAF

Para: GAB-SEC - Secretaria de Gabinete - A/C Francieli T.

Data: 29/08/2023 às 11:40:29

Setores envolvidos:

SAF, GAB-SEC

requerimento para ser respondido 1295, 1305 e 1320

Prezada

Em resposta memorando 1295/2023,

https://sapl.patobranco.pr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2023/23598/plc_02.2023._impacto_financeiro.pdf.

Seguem anexo o ofício

_

Alaxendro Rodrigo Dal Piva
Secretário de Administração e Finanças

Anexos:

Oficio_Resposta_Requerimento_1295_2023.pdf

Assinado por 1 pessoa: ALAXENDRO RODRIGO DAL PIVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/21F9-71C7-71D2-7389 e informe o código 21F9-71C7-71D2-7389

Pato Branco-PR, 29 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhora
Thania Maria Camiski
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Assunto: resposta Requerimento nº 1295/2023.

Prezados:

Em atenção ao Requerimento nº 1295/2023, reforçamos o exposto na Mensagem nº 39/2023 e informamos que a proposição possui previsão orçamentária, conforme disposto no Demonstrativo 7 do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício de 2023, anexo à fl. 6 do Projeto de Lei:

Município de PATO BRANCO - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º — R$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2023	2024	2025	
IPTU e Coleta de Lixo	ISENÇÃO	Aposentados, pensionistas e deficientes físicos - Lei nº 2.275 de 11/09/2003	94.500,00	99.225,00	104.186,25	Valor já programado para o orçamento de 2022, havendo redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária municpal.
IPTU	Outros Benefícios	Contribuintes que optaram pelo pagamentos a vista, conforme Lei Complementar nº 37 de 16/12/2009	488.250,00	512.662,50	538.295,63	Valor já programado para o orçamento de 2022, havendo redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária municpal.
IPTU	ANISTIA	Desconto concedido para imóveis em edificação, conforme Lei nº 2.464 de 22/06/2005	294.000,00	308.700,00	324.135,00	Valor já programado para o orçamento de 2022, havendo redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária municpal.
IPTU	ISENÇÃO	Isenção de IPTU conforme Lei Complementar 46/2011 art. 101 IPTU	441.000,00	463.050,00	486.202,50	Valor já programado para o orçamento de 2022, havendo redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária municpal.
IPTU	Outros Benefícios	Concede Imunidade de IPTU, às igrejas em consonância com o Artigo 150 CF/88	189.000,00	198.450,00	208.372,50	Valor já programado para o orçamento de 2022, havendo redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária municpal.
Tributos Municipais	Outros Benefícios	REFIS	840.000,00	882.000,00	926.100,00	A renúncia já foi considerada na estimativa da receitas para o exercício de 2022, em conformidade com o inciso I do artigo 14 da LC 101/2000.
TOTAL			2.346.750,00	2.464.087,50	2.587.291,88	

FONTE: GOVBR PL - Planejamento e Orçamento, 04/04/2022 , 11h e 42m.

Nota Explicativa — Este demonstrativo compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídios, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução que correspondam a tratamento diferenciado.

Com relação ao impacto orçamentário e financeiro da matéria informamos ainda que, conforme consta na Mensagem nº 39/2023, em pesquisa realizada pelo Setor de Tributação e Fiscalização, algumas das incorporadoras de imóveis com sede no Município informaram que há, pelo menos, 1.035 imóveis atualmente pendentes de regularização, alguns com mais de 10 anos, contudo, não foram informados os valores das referidas transações nem indicados os imóveis a que se refere o que impossibilita a elaboração do impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei.

Assinado por 1 pessoa: ALAXENDRO RODRIGO DAL PIVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/21F9-71C7-71D2-7389 e informe o código 21F9-71C7-71D2-7389

Ressaltamos que a redução da alíquota do imposto geralmente implica em renúncia de receita no curto prazo, no entanto, considerando o número elevado de “contratos de gaveta” estimado pelas incorporadoras do Município, essa renúncia será compensada pelo aumento no volume de transações imobiliárias devidamente regularizadas que a redução da alíquota estimulará.

Atenciosamente,

ALAXENDRO RODRIGO DAL PIVA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Assinado por 1 pessoa: ALAXENDRO RODRIGO DAL PIVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/21F9-71C7-71D2-7389 e informe o código 21F9-71C7-71D2-7389

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 21F9-71C7-71D2-7389

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ALAXENDRO RODRIGO DAL PIVA (CPF 835.XXX.XXX-00) em 29/08/2023 11:40:58 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/21F9-71C7-71D2-7389